

O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017)

The role of the media in the impeachment processes of Dilma Rousseff (2016) and Michel Temer

Edição v. 37
número 2 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (2)
ago/2018-nov/2018

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

THEÓFILO MACHADO RODRIGUES

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: theofilomachadorodrigues@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1709-1546.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 37-58, ago. 2018/ nov. 2018.

Enviado em 05 de março de 2018 / Aceito em 31 de julho de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1108>

Resumo

As tensas relações entre mídia e política no Brasil são bem conhecidas pela literatura especializada. Getúlio Vargas, João Goulart e Fernando Collor são alguns exemplos de presidentes que não terminaram seus mandatos e que sofreram resistências por parte da imprensa. O presente artigo argumenta que esse histórico de atuação dos meios de comunicação em processos de desestabilização permanece atual. A hipótese foi testada a partir da observação de 34 editoriais dos principais jornais impressos do país durante a tramitação dos processos de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e de investigação de Michel Temer em 2017. O primeiro caso contou com certa unidade entre esses jornais; no segundo, houve divergências na imprensa.

Palavras-chave

Impeachment; Mídia; Democracia.

Abstract

The tense relationship between media and politics in Brazil is well known by specialized literature. Getúlio Vargas, João Goulart and Fernando Collor are examples of presidents who did not finish their mandates and who suffered resistance from the press. This article argues that this history of the media in destabilization processes remains current. The hypothesis was tested from the observation of 34 editorials of Brazil's main print newspapers, during Dilma Rousseff's impeachment in 2016 and the opening of Michel Temer's investigation in 2017. The first case had a certain unity between these newspapers; in the second case, there was divergence in the press.

Keywords

Impeachment; Media; Democracy.

Introdução

As tensas relações entre mídia e política no Brasil são relativamente bem conhecidas pela literatura especializada. Há, por um lado, uma prática recorrente das empresas de comunicação de defenderem suas demandas por meio do agendamento de debate político (BIROLI e MANTOVANI, 2010 e 2014; FONSECA, 2011; MIGUEL e COUTINHO, 2007). Além disso, manifestam suas preferências e buscam influenciar resultados eleitorais através de seus veículos, o que invariavelmente desagrade a uns e outros atores em disputa (FERES JR. e SASSARA, 2016a e 2016b; MUNDIM, 2012 e 2014; MUNDIM e BEZERRA, 2011; ALDÉ, MENDES e FIGUEIREDO, 2007). Por outro lado, muitas vezes os políticos são os próprios donos de concessões de rádio e televisão em suas localidades, o que caracteriza aquilo que parte da literatura convencionou chamar de “coronelismo eletrônico” (COSTA e BRENER, 1997; SANTOS, 2006 e 2008; LIMA, 2015). Se a segunda alternativa é evidentemente inconstitucional, a primeira não. A liberdade de expressão, conquista liberal presente nas constituições modernas desde o século XVIII – vide as Constituições francesa e estadunidense –, ocupa espaço bem claro na Carta brasileira de 1988 e poucas são as vozes que pregam em período democrático a volta aberta da censura. A problemática em debate não é exatamente como evitar o posicionamento de certos veículos, mas sim como garantir que haja diversidade cultural e pluralidade de informações em seu conjunto. Numa linguagem habermasiana, como elaborar uma deliberação racional que resulte em consensos e informe qualitativamente a produção de políticas públicas se as informações que orientam esse processo forem enviesadas ou assimétricas? Esse é o dilema de uma sociedade como a brasileira, que muitas vezes é caracterizada por parte da literatura como propícia à ocorrência de monopólios ou oligopólios dos meios de comunicação (AZEVEDO, 2006; CANELA, 2008; BORGES, 2009; MARTINS, 2014; MIELLI e DAMASCENO, 2015; LIMA, 2015).

Ruiz (2010, p. 37) entende que “esta tensão entre a mídia e os políticos é democratizante na medida em que fortalece a qualidade democrática do sistema dos meios de comunicação”. Democratizante desde que três indicadores sejam respeitados: a abrangência das vozes; a capacidade de criticar todos os poderes; e o fortalecimento da base informativa comum, ou seja, “oferecer informação crível, ao mesmo tempo, para os diferentes setores do antagonismo político” (RUIZ, 2010: 38). Mas é difícil defender que esse cenário democratizante seja exatamente o encontrado no Brasil hoje, onde a polarização política reduziu a confiança dos atores políticos em certos veículos da imprensa. José Szwako e Fabiano Santos (2016, p. 115) sustentam, por exemplo, que entre “os ingredientes que compõem o

quadro sociopolítico brasileiro atual” está “uma mídia oligopolizada cada vez mais partidarizada e alinhada a setores específicos da estrutura de poder”. Segundo Luis Felipe Miguel (2017, p. 115), “o dado central é que tanto jornais e revistas impressas quanto emissoras de rádio e de televisão são controlados por uma pequena quantidade de grupos empresariais – que, com raríssimas exceções, alinham-se aos mesmos interesses políticos”. Domingues (2017, p. 1750) é ainda mais incisivo quando afirma que o Grupo Globo é “hoje o principal intelectual “orgânico” de grande parte da burguesia brasileira e de fato seu principal partido político”.

No caso brasileiro há um certo histórico na tensão entre mídia e política (ALBUQUERQUE, 2000; SODRÉ, 1983). O papel da imprensa na crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas na década de 50 é conhecido. Em seu clássico sobre a UDN, Benevides (1981, p. 88) demonstra como o próprio Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, procurou o então comandante da Escola Superior de Guerra, General Juarez Távora, para “sondá-lo da possibilidade de um golpe contra Getúlio”. Mas não era apenas *O Estado de S. Paulo*. De acordo com Alzira Alves de Abreu (s/d), a oposição de Vargas era liderada pelos “jornalistas Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, e Assis Chateaubriand, proprietário do grupo Diários Associados. Carlos Lacerda utilizou, além do seu jornal, a Rádio Globo e a Rede Tupi de televisão”. Já Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 34) lembra como as denúncias contra Getúlio foram “modeladas com maestria pela imprensa oposicionista, com destaque para a *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*”. O mesmo pode ser dito do que ocorreu em meados da década de 60 quando da deposição de João Goulart. Em seu trabalho de pesquisa sobre a interferência da imprensa na política, Arêas (2015, p. 75) recorda que dentre aqueles que “voltaram-se para a desestabilização e derrubada do governo Goulart (...) participaram os principais órgãos de imprensa, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*”.

Porém, foi certamente após o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, que a literatura especializada mais aprofundou seu conhecimento sobre essa dinâmica de interferência da mídia na política. *A imprensa faz e desfaz um presidente*, livro de Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos tornou-se um clássico, não apenas por ter sido um dos primeiros a se inserir nesse contexto, mas também pela profundidade da abordagem. Publicado em 1994 a partir de pesquisas empreendidas no âmbito do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o livro demonstra como “a mídia se constituiu num fator analiticamente autônomo e conjunturalmente decisivo tanto na conformação do quadro eleitoral em que Collor se saiu vitorioso quanto (...) na condução do

processo de mobilização das forças políticas que o destituíram” (LATTMAN-WELTMAN, CARNEIRO e RAMOS, 1994, p. 2). Entre os órgãos de imprensa escrita analisados pelos autores constavam os jornais *O Globo*, *o Jornal do Brasil*, *a Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e as revistas *Veja* e *Isto É*. Inclui-se também Fausto Neto (1995) entre os que imediatamente após a queda do ex-presidente perceberam essa senda. Em seu estudo sobre o papel da televisão no impeachment de Collor, o autor sustenta que os veículos da imprensa “não apenas narram mas agem sobre o espaço político, seja deslocando-o para si, em alguns momentos, seja em outras situações funcionando como um ‘poder paralelo’” (FAUSTO NETO, 1995, p. 10). Seguindo o mesmo diapasão, Sallum Jr. e Casarões (2011) argumentam terem sido as ações do Congresso, da imprensa e da “sociedade civil organizada” as responsáveis por impedir Collor de chegar ao fim de seu mandato. Os autores chegam mesmo a defender a tese de que houve naquele momento uma “coalizão de partidos de centro e de esquerda, auxiliada pela imprensa e organizações extraparlamentares, que conduziu as investigações e todas as iniciativas e negociações que produziram o impeachment” (SALLUM JR. e CASARÕES, 2011).

O presente artigo argumenta que esse histórico de atuação dos principais meios de comunicação em processos de desestabilização de presidentes no Brasil permanece atual. Essa hipótese foi testada a partir da observação de trinta e cinco editoriais dos principais jornais impressos do país durante a tramitação dos processos de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e de investigação de Michel Temer em 2017. O primeiro caso contou com certa unidade entre esses jornais; no segundo caso, houve maior divergência entre os posicionamentos da imprensa. Entre os veículos analisados estão os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *Correio Braziliense* e *Zero Hora*. O critério adotado para a seleção desses veículos foi simples: esses são os jornais impressos que, além da grande circulação, influem no debate político nacional. Somou-se ainda o critério regional. O *Correio Braziliense*, por exemplo, embora não esteja entre os dez maiores jornais em circulação, é um veículo importante para a esfera pública na medida em que, por ser de Brasília, informa diretamente os principais atores políticos no âmbito nacional.

A escolha pelos editoriais como objeto de pesquisa pareceu intuitiva. É através dos editoriais que os veículos de imprensa apresentam aos leitores suas opiniões (MELO, 1994 e 2003). De acordo com o manual de redação da *Folha de S. Paulo* (1992), seu editorial “deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha”. Já o manual de redação do Grupo Globo (2011) diz que seus editoriais devem “refletir a visão do seu

conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações". Zanotti (2017, p. 74) vai além ao defender a tese de que a opinião apresentada em um editorial não é apenas a do jornal, mas também a "dos grupos de interesse que gravitam em torno da publicação, como acionistas, anunciantes e um contingente de leitores". Os editoriais parecem ser, portanto, objetos privilegiados de pesquisa. Claro, a literatura especializada sabe bem que as opiniões dos veículos de imprensa não estão presentes apenas em seus editoriais, mas também na forma como manchetes são redigidas, especialistas são selecionados, informações são filtradas ou imagens são escolhidas. Essa análise pode ser muito proveitosa para o conhecimento acerca do posicionamento indireto da imprensa. Contudo, preferimos recortar como objeto de pesquisa apenas os editoriais de modo a avaliarmos qual o posicionamento direto, ou seja, sem entrelinhas ou subterfúgios, que os veículos querem transparecer.

Na primeira seção são analisados vinte e sete editoriais publicados entre 2015 e 2016 e que tiveram como foco a possibilidade de destituição de Dilma Rousseff da presidência. Neste primeiro momento foram analisados nove editoriais do *Estadão*, sete de *O Globo*, cinco da *Folha de S. Paulo*, quatro do *Zero Hora*, um do *Estado de Minas* e um do *Correio Braziliense*. Na segunda seção são observados sete editoriais publicados entre maio e agosto de 2017 acerca da denúncia de corrupção passiva que poderia levar ao impeachment de Temer. Entre eles estão três do *Estadão*, dois de *O Globo*, um da *Folha de S. Paulo* e um do *Zero Hora*. Conclui-se que o mesmo cenário já evidenciado em casos passados pela literatura repetiu-se com Dilma e, em um grau bem menor, com Temer.

O impeachment de Dilma Rousseff

O processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, com a aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, da denúncia de crime de responsabilidade apresentada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal. Em 17 de abril de 2016, o impeachment foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em 31 de agosto de 2016, o Senado condenou Dilma Rousseff à perda de seu cargo. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, Michel Temer.

Há na literatura especializada um certo entendimento crescente acerca do papel ativo desempenhado pela mídia no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para Luis Felipe Miguel (2017, p. 113), "o viés da mídia foi claro para qualquer pessoa que tenha acompanhado (...) a cobertura jornalística no período que vai da proclamação do resultado das eleições, em outubro de 2014, ao

afastamento definitivo da presidente, em agosto de 2016". José Szwako e Fabiano Santos (2016, p. 116-117) argumentam "que foi a ação concertada e articulada, aquilo que os sociólogos chamam de 'agência', entre partidos, movimentos sociais de corte elitista e apoiadores midiáticos e judiciários, que culminou no impeachment". Com outras palavras, Marcus Ianoni (2017, p. 143) expressa a mesma avaliação: "a coalizão do impeachment" reúne "partidos, parlamentares, elites da burocracia pública do conjunto do aparato estatal e atores da sociedade civil, em especial os setores organizados e os agentes de mercado, incluindo, obviamente, a grande mídia oligopolizada". Nunes e Melo (2017, p. 289) defendem a tese de que pouco importa se os argumentos técnicos a favor do impeachment foram suficientemente convincentes, pois o fundamental foi que uma larga maioria no Congresso, na sociedade, na mídia e nas finanças chegou à conclusão de que era necessário remover a presidente. Mais ácido, crítico desse processo de impeachment contra Dilma Rousseff, Jessé Souza (2016, p. 122-123) sustenta que "a linha de frente do golpe reacionário" era formada pela "articulação entre mídia – como o braço dos endinheirados que cuida da violência simbólica –, comandando e estimulando as manifestações de rua da fração mais conservadora da classe média, e a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica". Já Feres Jr. e Sassara (2016a, p. 183) ressaltam que "o impeachment de Dilma foi produto de vários fatores, (...) todavia é difícil imaginar como todos esses elementos entraram em sinergia sem a ativa colaboração da mídia".

Também a literatura internacional voltou seus olhos para essa participação da imprensa brasileira no processo do impeachment. Teun Adrianus van Dijk, pesquisador da Pompeu Fabra University, em Barcelona, publicou artigo na revista *Discourse & Communication*, em que, através da análise do discurso do jornal *O Globo*, entre março e abril de 2016, percebeu como a mídia "desempenhou um papel determinante no golpe ao manipular tanto a opinião pública, quanto os políticos que votaram contra Dilma" (VAN DIJK, 2017, p. 199, tradução nossa). A tese de Van Dijk talvez exagere a capacidade do jornal *O Globo* de mobilizar atores políticos, mas o exagero não torna o ponto inválido. Mais cauteloso, Ariel Goldstein, da Universidade de Buenos Aires, observou algo semelhante: "a imprensa conservadora-liberal ofereceu a legitimidade para o avanço do impeachment conservador de Dilma Rousseff da presidência em agosto de 2016" (GOLDSTEIN, 2016, p. 10, tradução nossa).

O primeiro editorial mais incisivo de *O Globo* apareceu em 19 de março de 2016. Seu título, por si só, já era o suficiente para transmitir a mensagem: "O impeachment é uma saída institucional para a crise". Lia-se ali que "com o processo do impeachment tramitando, abre-se uma válvula de decompressão" para a crise

econômica e política e que “o Congresso e a Justiça (...) são as únicas formas de o país ultrapassar a crise sem abalos institucionais”. Ou seja, na opinião do jornal, os fundamentos técnicos para o impeachment não eram tão relevantes; fundamental era a superação da crise e o impeachment era o caminho. Nessa mesma toada, em 12 de maio o editorial “Novo marco de defesa da responsabilidade social” defendeu que “a abertura do processo contra Dilma é uma consolidação do princípio civilizatório da responsabilidade fiscal”. Em fins de março o jornal começou a apresentar preocupações com a narrativa de que o impeachment seria um golpe. Em “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”, editorial de 30 de março de 2016, buscou demonstrar como “o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem atropelos”, diferente do que teria ocorrido no golpe de 1964. Em 18 de abril, dia seguinte à aprovação na Câmara dos Deputados da admissibilidade do processo de impeachment, o jornal reafirmou a ideia já defendida em 19 de março, de que “a crise econômica e o nó político possam ser equacionados antes de 2018, a partir da saída do PT do Planalto, onde se encontra há 13 anos, o mais longo período na República de um grupo político no poder, por meio de eleição direta”. Ao afirmar neste editorial que “inexiste qualquer justificativa razoável para o Senado não dar início à fase de julgamento da presidente com urgência máxima” o jornal deu a nova senha: sua pressão agora seria no Senado. Ao mesmo tempo, era necessário garantir que o impeachment não fosse confundido com um golpe. Em editorial de 15 de maio de 2016, intitulado “Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela”, *O Globo* procurou legitimar o procedimento do impeachment, comparando as instituições brasileiras com as venezuelanas. Para o jornal, estava em curso uma campanha “para difundir a delirante versão de que o processo de impeachment da agora presidente afastada Dilma Rousseff é um ‘golpe’”. Com efeito, uma relevante parcela da mídia internacional apresentou dúvidas com relação ao impeachment perpetrado no Brasil. O que *O Globo* argumentava era que essa versão do golpe não deveria ser difundida, já que “as instituições republicanas, mais consolidadas do que em 1992, quando houve o primeiro impeachment de um presidente, Fernando Collor, funcionam bem, e os pesos e contrapesos característicos de uma democracia representativa atuam a contento”. Sob o título “Apressar impeachment não fere direito de defesa”, o editorial de 4 de agosto voltou a defender a urgência do impeachment: “Não importa se virão ou não denúncias que comprometam Temer. Não se pode é barrar o processo de impedimento de Dilma em nome disso. Apressar-se o desfecho do impeachment é o melhor para o país”. E na reta final, em 25 de agosto, o jornal já dava como certo o desenlace: o impeachment “entra hoje na fase final, sem que o lulopetismo e o advogado da presidente, José Eduardo

Cardozo, sejam convincentes ao rebater a acusação de que ela cometeu crimes de responsabilidade no campo fiscal”.

A *Folha de S. Paulo* manteve posicionamento mais complexo. Entre 2015 e 2016 o jornal variou seu repertório de opiniões sobre o impeachment. O editorial “Sem passos atrás”, de 19 de abril de 2015, comemorava o fato de o Tribunal de Contas da União, o TCU, ter concluído “que o governo federal descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao adotar manobras com vistas a melhorar artificialmente o resultado das contas públicas em 2013 e 2014”. De acordo com o jornal, o TCU poderia “recomendar ao Congresso a rejeição das contas do governo Dilma, o que seria inédito e permitiria, em tese, a abertura de processo de impeachment contra a presidente”. Curiosamente, em editorial de 25 de agosto de 2015, intitulado “Sem bananas”, a *Folha* preferiu agir com maior parcimônia. Ao condenar a ação política dos partidos de oposição em favor da deposição de Dilma, a *Folha* argumentou que o impeachment, “sendo mecanismo sempre traumático, não pode, ao contrário do que parte da oposição quer fazer crer, ser empregado sem que profundas razões o exijam”. Para o jornal, “uma deposição assentada em razões banais traria instabilidade interna e mancharia a imagem do país aos olhos da comunidade internacional”. Mas a parcimônia foi deixada de lado no editorial “Última chance”, de 13 de setembro de 2015. De acordo com a *Folha*, se a presidente não corrigisse os rumos da política econômica, a sociedade a obrigaria a “abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente, o cargo que ocupa”. Em 2016 a *Folha* encontrou uma nova narrativa a ser construída. Embora concordasse com a necessidade do fim do governo de Dilma Rousseff, discordava que a saída deveria ser pelo impeachment. Em 2 de abril de 2016, o editorial “Nem Dilma nem Temer” propôs a solução: “Dilma Rousseff deve renunciar já para poupar o país do trauma do impeachment”. Segundo a *Folha*, “a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão”. Michel Temer deveria seguir o mesmo caminho e renunciar ao lado de Dilma. Em 17 de abril de 2016, dia da votação na Câmara dos Deputados, o jornal deixou mais uma vez claro esse posicionamento no editorial “Decisão da Câmara”: “Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice - atitude dupla que esta Folha defende”. Diferente de *O Globo*, para quem o impeachment era a solução para a crise econômica e política do país, para a *Folha de S. Paulo* o processo não seria tão simples assim: “Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha”,

argumentava a *Folha* em seu editorial. De acordo com o jornal paulista, “o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico”.

No entanto, foi provavelmente *O Estado de S. Paulo* quem apresentou a mais pesada artilharia contra Dilma. O primeiro editorial de peso veio logo após Eduardo Cunha ter aceitado a denúncia na Câmara dos Deputados. Em “As verdadeiras razões do impeachment”, publicado em 6 de dezembro de 2015, o *Estadão* fez uma enfática defesa do conteúdo do pedido de impeachment subscrito pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal e concluiu que “Dilma deve ser julgada pela irresponsabilidade fiscal de seu governo, perfeitamente exposta na petição à qual Cunha deu seguimento”. A mesma linha foi seguida na semana seguinte. Intitulado “Irresponsabilidade como método”, o editorial de 13 de dezembro de 2015 já iniciava sua primeira frase indicando qual seria a postura do jornal a partir dali: “A petista Dilma Rousseff não pode mais permanecer na Presidência da República pela simples razão de que adotou a irresponsabilidade como método de governo”. Em 7 de abril de 2016 foi a vez do *Estadão* dialogar com a *Folha de S. Paulo*. Para contrapor o famoso editorial em que a *Folha* pregava não o impeachment, mas sim a renúncia de Dilma e Temer, o *Estadão* publicou opinião intitulada “Impeachment é o melhor caminho”. Mas o contraponto não foi apenas à sua concorrente de bancas de jornal. O editorial também apresentou sua crítica às nascentes propostas de antecipação das eleições presidenciais, por via de emendas constitucionais, que alguns políticos reivindicavam como alternativa. “O bom senso recomenda o processo de impeachment, portanto, como o melhor caminho”, argumentava o *Estadão*, pois “o remédio para a crise não precisa ser inventado: está na Constituição e se chama impeachment”. De certo modo, o jornal começava a dar a impressão de que apoiaria Michel Temer, diferente da *Folha* e *d’O Globo*. De fato, foi essa a nova aliança que se consolidou, como veremos na seção seguinte. Em 11 de maio, dia em que o Senado aceitou iniciar o processo que veio da Câmara, o editorial “Depois do desastre, o esquecimento”, trouxe uma das mais pesadas críticas, com um ataque pessoal à figura da presidente. Para o *Estadão*, “Dilma Rousseff acabou perdendo o que lhe restava de dignidade antes de perder o mandato de presidente da República” e deveria “se preparar para o destino que o Brasil lhe reservou generosamente: o esquecimento”. No dia seguinte, 12 de maio, no texto “Retorno à irrelevância” o jornal sugeriu que “o impeachment de Dilma tornou-se imperativo”, pois “tratava-se de colocar um ponto final em uma trajetória que arruinava o Brasil e os brasileiros e ameaçava a democracia”. No dia 31 de maio, mais um editorial

pesado, sob o título “Por que Dilma não pode voltar”. O que se lia ali era que o retorno de Dilma “à Presidência seria um cataclismo, pois a administração seria devolvida a quem se divorciou completamente da realidade”. Com o título “Impeachment a um passo”, publicado em 9 de agosto, o jornal sustentou que o impeachment “é o único caminho para acabar com o populismo irresponsável que afundou o País na crise ao programar e realizar despesas maiores do que as disponibilidades orçamentárias”. A aprovação no Senado da deposição em 31 de agosto de 2016 não foi o suficiente para a satisfação do *Estadão*. Em “O desfecho do impeachment”, publicado no dia seguinte, o jornal apresentou-se inconformado com o fato de o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, ter permitido e o Senado ter aprovado que, apesar do impeachment, Dilma manteria seus direitos políticos. “Essa imoralidade abre precedente para uma catadupa de escândalos”, alertou o indignado texto. No mesmo dia, 1º de setembro de 2016, o jornal também teve publicado um outro editorial, “Dá para olhar para frente?”, no qual se lia que o processo terminado no dia anterior, “mais do que encerrar um período sombrio da história política do País, deveria marcar o início de um tempo de esperança na definição e construção dos caminhos que poderiam levar o Brasil à pacificação política necessária à construção de seu futuro”.

Principal jornal do sul do país, o *Zero Hora*, controlado pelo grupo RBS, também apresentou seu posicionamento oficial acerca do impeachment. No entanto, de forma bem mais tímida que os demais veículos. Em um primeiro momento, o editorial “Impeachment, uma tese equivocada”, de 23 de abril de 2015 - antes, portanto, do processo que foi aceito por Eduardo Cunha -, indicava que o *Zero Hora* seria contrário à deposição de Dilma. “Na atual crise política brasileira, o mais sensato é rejeitar as duas opções: impeachment, no momento, não; e golpe jamais”, declarou o jornal. Mas esse posicionamento parece ter mudado ao longo de 2016. No dia 15 de março de 2016, o editorial “Um passo a mais para o impeachment”, trouxe como tema a ideia de que as ruas clamavam pelo impeachment. “As multidões que vestiram verde e amarelo para protestar neste segundo domingo de março manifestaram-se inequivocamente contra a permanência da presidente Dilma Rousseff no comando do país, contra a hegemonia do PT e de seus aliados na política nacional”, afirmou o jornal. Conforme as palavras do próprio *Zero Hora*, tratava-se de “um aval explícito e sonoro de parcela da população brasileira para o processo de impeachment”. Em 13 de abril de 2016, o editorial “A democracia não está ameaçada” argumentou em favor da legitimidade procedimental do impeachment. Segundo o jornal gaúcho, “tentam confundir a opinião pública os defensores do governo quando dizem que a democracia está ameaçada pelo processo de impeachment da presidente Dilma

Rousseff". Tal qual o *Estadão*, o *Zero Hora* também considerou, no editorial "Insegurança jurídica", de 2 de setembro de 2016, equivocada a decisão de permitir a manutenção dos direitos políticos de Dilma: "O despropositado acordo político que resultou na separação entre as votações da perda do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff e a da sua inabilitação para o exercício público só pode ser visto com inquietação, pois agride frontalmente a Constituição", sustentou o jornal.

Mais importante informativo de Brasília, o *Correio Braziliense*, pertencente aos Diários Associados, também não se furtou a se posicionar. "Transição sem trauma" foi o título escolhido para o editorial de 29 de abril de 2016, buscou a legitimação procedimental do impeachment: "a Constituição está sendo respeitada. Não está sendo rasgada como insistentemente vêm alardeando os apoiadores da presidente da República", defendeu o jornal, tal qual havia feito duas semanas antes seu concorrente gaúcho. Também administrado pelos Diários Associados, o *Estado de Minas* foi bem mais direto em seu posicionamento público. No editorial de 11 de maio de 2016 vemos, por exemplo, sob o título "Populismo nunca mais", a comemoração com o resultado esperado da votação que ocorreria naquele dia. Com o impeachment de Dilma, "o Brasil prepara-se para escrever uma nova página na história e encerrar um ciclo que não deixará saudades, enterrando pesadelos como o da política de gêneros nas escolas públicas", diz o jornal mineiro. De certo modo, o editorial também pressionava indiretamente os deputados mineiros a votarem conforme seu interesse: "Os legítimos representantes do povo brasileiro na mais alta casa legislativa interromperão um governo inepto que foi instaurado no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT)", previa o *Estado de Minas*.

Em síntese, o que restou observado foi que os principais jornais impressos do país, em graus diferenciados, demonstraram suas simpatias pela saída de Dilma da presidência. Os 27 editoriais selecionados do período entre 2015 e 2016 evidenciam como alguns veículos defenderam abertamente o impeachment, caso de *O Globo*, do *Estado de Minas* e do *Estadão*, enquanto a *Folha de S. Paulo* preferiu clamar pela renúncia de Dilma e Temer. O *Correio Braziliense* e o *Zero Hora*, embora não tenham expressamente defendido o impeachment, usaram seus editoriais para legitimar sua validade procedimental. Em um contexto em que considerável parcela da sociedade considerou o impeachment um "golpe", legitimar sua validade procedimental pode ser considerado por tal parcela o mesmo que defender a sua realização.

O processo de investigação de Michel Temer

Muito pouco ou quase nada foi publicado até agora sobre o posicionamento da mídia em relação ao processo de investigação de Michel Temer, que tramitou em agosto de 2017. Com a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff no Senado, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer passou a ser de fato o presidente do país. Não obstante sua imagem positiva na sociedade fosse mínima, cerca de 3% de aprovação segundo pesquisas de opinião¹, o novo presidente conseguiu articular a governabilidade exigida pelo presidencialismo de coalizão com uma sólida base no Congresso². Essa sustentação parlamentar foi o suficiente para, em um primeiro momento, rejeitar os pedidos de impeachment que chegavam ao Congresso. No entanto, a divulgação da gravação da conversa pouco republicana entre Temer e o presidente da JBS, Joesley Batista, na noite de 17 de maio de 2017, mudou esse cenário. As gravações passavam a ideia de que Temer teria orientado Joesley a manter propinas que garantissem o silêncio do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na prisão³. Assim, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou em junho de 2017 denúncia contra Temer no STF por corrupção passiva. Mas, para que essa denúncia pudesse ser investigada pelo STF era necessário que antes a Câmara dos Deputados autorizasse. Isso não ocorreu. Em 2 de agosto de 2017 a ampla base de sustentação de Temer aprovou no plenário da Câmara o arquivamento dessa denúncia que poderia levar ao impeachment.

Nesse curto período de 2 meses, entre a divulgação das gravações e a votação na Câmara, os principais meios de comunicação posicionaram-se sobre a saída de Temer do governo. Mas, diferente do que ocorreu com Dilma, não houve uma unanimidade nas principais redações do país em relação à deposição do presidente. De um lado, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* apoiaram abertamente em seus editoriais a saída de Temer; do outro, o *Estadão* postou-se em defesa do presidente.

O primeiro veículo a pedir a saída de Temer foi *O Globo*. De forma incomum, o jornal publicou na internet o editorial "A renúncia do presidente" na tarde do dia 19 de maio de 2017. Assim como havia feito a *Folha* com Dilma no ano anterior, agora *O Globo* entendia não ser o impeachment, mas sim a própria renúncia do presidente o melhor caminho. Para *O Globo* a queda de Temer era inevitável. Se não fosse pela renúncia, seria pelo impeachment. Caso não renunciasse, arrastaria

¹ De acordo com pesquisa Ibope que ouviu 2 mil eleitores entre 15 e 20 de setembro de 2017, o governo Temer teria apenas 3% de aprovação. Tratava-se do pior índice da série histórica da pesquisa iniciada em 1986. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope.ghtml>

² Presidencialismo de coalizão foi o termo criado por Sergio Abranches (1988) para definir o sistema político que reúne entre suas características o presidencialismo, o multipartidarismo e o voto proporcional. Como nenhum partido consegue sozinho a maioria necessária para governar, uma ampla coalizão partidária é necessária para dar sustentação ao governo.

³ Logo após o impeachment de Dilma, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB, teve o mandato cassado e foi preso no âmbito da operação Lava Jato.

o Brasil “a uma crise política ainda mais profunda que, ninguém se engane, chegará, contudo, ao mesmo resultado, seja pelo impeachment, seja por denúncia acolhida pelo Supremo Tribunal Federal”. O jornal carioca procurou alertar àqueles que entendiam que Temer precisaria ser mantido no governo até o fim para garantir a aprovação das reformas da previdência e trabalhista. Na opinião de *O Globo*, era o inverso, a presença de Temer serviria para atrapalhar a aprovação dessas reformas:

Este jornal apoiou desde o primeiro instante o projeto reformista do presidente Michel Temer. (...) As reformas são essenciais para conduzir o país para a estabilidade política, para a paz social e para o normal funcionamento de nossas instituições. (...) Nenhum cidadão, cômico das obrigações da cidadania, pode deixar de reconhecer que o presidente perdeu as condições morais, éticas, políticas e administrativas para continuar governando o Brasil. Há os que pensam que o fim deste governo provocará, mais uma vez, o atraso da tão esperada estabilidade, do tão almejado crescimento econômico, da tão sonhada paz social. Mas é justamente o contrário. (...) Fazer isso, além de contribuir para a perpetuação de práticas que têm sido a desgraça do nosso país, não apressará o projeto de reformas de que o Brasil necessita desesperadamente. (...) Só um governo com condições morais e éticas pode levá-lo adiante. Quanto mais rapidamente esse novo governo estiver instalado, de acordo com o que determina a Constituição, tanto melhor (O GLOBO, 19 de maio de 2017).

No dia da votação na Câmara, em 2 de agosto, *O Globo* publicou nova opinião pedindo que o processo contra Temer fosse aceito. Intitulado “Aprovar processo contra Temer é a melhor alternativa”, o editorial argumentou que “a nação precisa ter inúmeras dúvidas respondidas sobre a atuação do presidente Michel Temer nesses meandros dos subterrâneos das finanças ocultas da política. Também por isso, ele precisa ser processado”. Mais uma vez preocupado com o andamento de reformas como a da previdência e a trabalhista, *O Globo* concluía que “um presidente fraco, sob suspeição, é que não conseguirá tocá-las”.

A *Folha de S. Paulo* seguiu o rumo traçado pelo *O Globo*. Em 4 de junho de 2017 publicou o editorial “Sem Temer”, no qual concordava com a tese de *O Globo* de que a capacidade do presidente seguir com as reformas estava abalada: “O governo Temer vem implantando um audacioso elenco de reformas estruturais que estão no rumo certo. Sua capacidade de seguir adiante com esse programa parece seriamente prejudicada”, dizia o jornal. No entanto, não seria a renúncia, mas sim a cassação da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral o caminho mais simples para a mudança do governo. Em suas palavras, “é com desalento que esta Folha, portanto, considera recomendável a cassação da chapa e o afastamento do presidente”.

Contudo, como já foi dito, a queda de Temer não era unanimidade na grande mídia. O *Estadão* divergiu de seus principais concorrentes ao defender a manutenção do governo. Há um cronograma curioso e incidental na publicação dos editoriais do *Estadão*. No dia 16 de maio de 2017, um dia antes da revelação das gravações, portanto, o jornal publicou o editorial “O legado de Temer”, no qual fez uma enfática defesa do novo governo. Mas o argumento utilizado para essa defesa poderia ser considerado incomum, inusual, para dizer o mínimo. De acordo com o jornal, a principal qualidade de Temer seria seu alto índice de rejeição, pois isso lhe permitiria encaminhar reformas sem pensar na reeleição. Em outras palavras, a qualidade do governo Temer seria sua impopularidade. Segundo esse editorial,

Diante das circunstâncias de sua ascensão ao Palácio do Planalto, do ambiente anuviado que toma conta do País e da impopularidade de medidas essenciais que precisam ser adotadas pelo governo para a correção dos rumos nacionais – como a adoção de um teto de gastos públicos, além das reformas já mencionadas –, não surpreende o índice de rejeição ao presidente Michel Temer. Entretanto, este é justamente um fator que lhe permite encampar tais projetos sem o risco de pender para o populismo daqueles que governam pensando na próxima eleição (O ESTADO DE S. PAULO, 16 de maio de 2017).

O que o jornal talvez não soubesse é que essa impopularidade aumentaria ainda mais, a partir do dia seguinte. Em seu primeiro editorial pós-revelação das gravações, intitulado “A hora da responsabilidade” e publicado em 19 de maio, o jornal procurou desqualificar o vazamento. Segundo o *Estadão*, o vazamento demonstrava a existência de um complô para impedir Temer de levar adiante a reforma da previdência.

O vazamento de parte da delação do empresário Joesley Batista para a imprensa não foi um acidente. Seguramente há, nos órgãos que têm acesso a esse tipo de documento, quem esteja interessado, sabe-se lá por quais razões, em gerar turbulência no governo exatamente no momento em que o presidente Michel Temer parecia ter arregimentado os votos suficientes para a difícil aprovação da reforma da Previdência. (O ESTADO DE S. PAULO, 19 de maio de 2017).

Se em 19 de maio o vazamento das gravações foi condenado, em 1º de junho de 2017 foi o próprio instituto da delação premiada que passou a ser alvo do jornal. Conforme o editorial “É isto a justiça?”, publicado nesse dia, “as delações se tornaram instrumentos eminentemente políticos”. O argumento do *Estadão* era o de que as delações estavam sendo usadas para condenar políticos sem provas e era isso o que estaria ocorrendo com Temer injustamente. “Ainda que nenhuma prova apareça para corroborar as acusações, o estrago já estará feito”, concluía o jornal.

Tese que só passou a ser defendida pelo *Estadão* quando o alvo das delações foi Temer⁴.

O grupo RBS, controlador do *Zero Hora*, mais uma vez preferiu manter-se próximo de uma neutralidade. O editorial publicado em 2 de agosto de 2017, intitulado “Definição necessária”, argumenta que “os parlamentares precisam decidir logo sobre a denúncia contra o presidente da República, apresentada pela Procuradoria-Geral da República”, pois “esse estado permanente de suspense atrasa investimentos, prejudica a tomada de decisões e, conseqüentemente, a recuperação do nível de emprego”. O texto tenta passar a impressão de que o grupo gaúcho não estaria preocupado com o resultado final da votação que ocorreria naquele dia, mas sim com a pressa em definir logo o processo, a favor ou contra Temer.

Os sete editoriais selecionados desse período, entre maio e agosto de 2017, demonstram como o papel da mídia na dinâmica da crise política que envolveu o governo Temer foi diferente daquela enfrentada por Dilma no ano anterior. Não houve uma unidade ou unanimidade pela deposição do presidente. Enquanto *O Globo* defendeu a renúncia e a *Folha* a cassação pelo TSE, o *Estadão* advogou declaradamente em favor de Temer. Os demais veículos não se posicionaram claramente.

Considerações finais

O presente artigo testou a hipótese da mídia como “fator analiticamente autônomo e conjunturalmente decisivo” (LATTMAN-WELTMAN, CARNEIRO e RAMOS, 1994, p. 2) nos processos atuais de desestabilização de governos no Brasil. Para comprovar essa hipótese foi adotado como método a leitura dos editoriais dos principais veículos impressos no período de 2015 até 2017. Tem-se aqui como pressuposto que a opinião mais direta de uma empresa de comunicação é aquela apresentada em seus editoriais (MELO, 1994 e 2003; ZANOTTI, 2017). Assim, foram selecionados trinta e quatro editoriais dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *Correio Braziliense* e *Zero Hora*. Desses, vinte e sete trataram do impeachment de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016 e os outros sete tiveram como tema a denúncia contra Michel Temer que foi votada em agosto de 2017. Como esperado, foi encontrado um forte viés pró-impeachment de Dilma Rousseff em praticamente todos esses veículos –

⁴ Dados da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, SECOM, compilados pelo jornalista Miguel do Rosário, mostram que, entre 2015 e 2017, o *Estadão* teve uma variação de 677% no recebimento anual de verbas de publicidade do governo federal. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2017/11/17/temer-aumentou-verbas-para-o-facebook-em-mais-de-50/>

importante dizer que em graus diferenciados. Com relação à deposição de Temer o resultado não foi o mesmo. Enquanto *O Globo* defendeu a renúncia e a *Folha* a cassação pelo TSE, o *Estadão* advogou declaradamente em favor de Temer. *Zero Hora*, *Estado de Minas* e *Correio Braziliense* não se posicionaram claramente.

Não pretendo defender a tese de que editoriais bastam para compreendermos os posicionamentos políticos da imprensa. A literatura especializada sabe bem que a opinião da imprensa está presente na forma como manchetes são elaboradas ou fotos escolhidas para as capas de jornais. Um estudo mais profundo sobre as matérias e os conteúdos jornalísticos contribuiriam para esse tipo de análise sobre o posicionamento político da imprensa. Aliás, pesquisas já foram realizadas com sucesso nessa direção, como as do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública, LEMEP, do IESP-UERJ (FERES JR. e SASSARA, 2016a e 2016b). Também não é objetivo defender a tese de que o posicionamento da mídia seja a única variável determinante para a estabilidade de um governo. Como bem sabemos, a realidade é síntese de múltiplas determinações. O que podemos afirmar com algum grau de segurança é que o protagonismo da imprensa na vida política não pode ser ignorado. Em um contexto de monopólio ou oligopólio, o posicionamento favorável da mídia constitui uma das variáveis determinantes para o sucesso de um governo, ao lado da manutenção de uma sólida base parlamentar, da inexistência de insatisfação popular, de índices econômicos positivos, etc.

Será essa uma incontornável característica do sistema político brasileiro? Aconteceu com Getúlio, Jango, Collor e Dilma. Sempre que certa unidade de crítica entre os meios de comunicação encontrou reflexo em perturbações sociais, políticas ou econômicas, os governantes de plantão caíram antes mesmo da realização de novas eleições. Bem, nem sempre. Uma exceção que ainda precisa ser melhor analisada talvez seja o governo Lula, tão criticado quanto os demais, mas que não só sobreviveu como fez a sua sucessão. Arguto intérprete da conjuntura política, Wanderley Guilherme dos Santos alerta: “não é possível governar democraticamente uma sociedade com uma imprensa amordaçada por interesses oligárquicos como é o caso brasileiro” (SANTOS, 2015, p. 185). Para Santos, a solução passa pela imposição no Brasil de “uma discussão para viabilizar a democratização dos meios de comunicação” (SANTOS, 2015, p. 184). Proposta semelhante é apresentada por Szwako e Santos (2016, p. 120) quando defendem que “democratizar a mídia” está entre “os desafios de reconstrução de nossa democracia” pós-impeachment de 2016. Debate difícil já que, como bem lembra Miguel (2017, p. 116), “contra a democratização da mídia, as empresas brandem o valor da liberdade de expressão”.

Não é condenável que veículos de comunicação tenham posicionamentos políticos. Em uma sociedade democrática, ou, se preferirmos, poliárquica, a imprensa deve gozar da mais ampla liberdade de expressão como garantia institucional (DAHL, 2012, p. 27). O problema se dá quando, em uma determinada sociedade, apenas poucos veículos dotados de uma mesma opinião podem se expressar livremente. A assimetria de vozes e narrativas torna-se evidente. Nesse cenário não há, portanto, nem diversidade cultural, nem pluralidade de informações, mas sim o oligopólio da comunicação. Como já vimos, uma parcela relevante da literatura defende a tese de que esse contexto de falta de pluralidade seja característico do Brasil. Enquanto predominar essa estrutura, estará sempre em xeque a estabilidade do governo que ousar desafiar as agendas desse oligopólio. Alterar esse cenário por meio de políticas públicas é tarefa imperativa para nossa democratização.

Referências

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 31, n. 1, 1988, pp. 5-34.

ABREU, Alzira Alves. **Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa**. Rio de Janeiro: CPDOC, s/d.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro 'Quarto Poder': imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, n.4, 2000, pp.23-57.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando Partido: Imprensa e Eleições Presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, vol. 6, nº 10, 2007, pp. 153-172.

ARÊAS, João Braga. **As batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, 12 (1), 2006, pp. 88–113.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Opin. Publica**, Campinas, v. 16, n. 1, Jun. 2010, pp. 90-116.

_____. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, 20 (2), 2014, pp. 204-218.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CANELA, Guilherme. Regulação das comunicações: porquês, particularidades e caminhos. In: Enrique Saravia; Paulo Emílio Matos Martins; Octavio Penna Pieranti.

(Org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 1, 2008, pp. 223-241.

COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. **Comunicação&Política**. v. IV, nº 2, maio-agosto, 1997, pp. 29-53.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2012.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, Jun. 2017, pp. 1747-1758.

EDITORIAL. O IMPEACHMENT é uma saída institucional para a crise. **O Globo**. 19 de março, 2016.

EDITORIAL. A FARSA do 'golpe' construída pelo lulopetismo. **O Globo**. 30 de março, 2016.

EDITORIAL. UM PASSO para o impeachment. **O Globo**. 18 de abril, 2016.

EDITORIAL. NOVO MARCO de defesa da responsabilidade social. **O Globo**. 12 de maio, 2016.

EDITORIAL. IMPEACHMENT MOSTRA que Brasil não é Venezuela. **O Globo**. 15 de maio, 2016.

EDITORIAL. APRESSAR IMPEACHMENT não fere direito de defesa. **O Globo**. 4 de agosto, 2016.

EDITORIAL. NÃO FALTAM provas para o impeachment de Dilma. **O Globo**. 25 de agosto, 2016.

EDITORIAL. A RENÚNCIA DO presidente. **O Globo**. 19 de maio, 2017.

EDITORIAL. APROVAR PROCESSO contra Temer é a melhor alternativa. **O Globo**. 2 de agosto, 2017.

EDITORIAL. SEM PASSOS atrás. **Folha de S. Paulo**. 19 de abril, 2015.

EDITORIAL. SEM BANANAS. **Folha de S. Paulo**. 25 de agosto, 2015.

EDITORIAL. ÚLTIMA CHANCE. **Folha de S. Paulo**. 13 de setembro, 2015.

EDITORIAL. NEM DILMA nem Temer. **Folha de S. Paulo**. 2 de abril, 2016.

EDITORIAL. DECISÃO DA Câmara. **Folha de S. Paulo**. 17 de abril, 2016.

EDITORIAL. SEM TEMER. **Folha de S. Paulo**. 4 de junho, 2017.

EDITORIAL. AS VERDADEIRAS razões do impeachment. **O Estado de S. Paulo**. 6 de dezembro, 2015.

EDITORIAL. IRRESPONSABILIDADE COMO método. **O Estado de S. Paulo**. 13 de dezembro, 2015.

EDITORIAL. IMPEACHMENT É o melhor caminho. **O Estado de S. Paulo**. 7 de abril, 2016.

EDITORIAL. DEPOIS DO desastre, o esquecimento. **O Estado de S. Paulo**. 11 de maio, 2016.

EDITORIAL. RETORNO À irrelevância. **O Estado de S. Paulo**. 12 de maio, 2016.

EDITORIAL. POR QUE DILMA não pode voltar. **O Estado de S. Paulo**. 31 de maio, 2016.

EDITORIAL. IMPEACHMENT A UM passo. **O Estado de S. Paulo**. 9 de agosto, 2016.

EDITORIAL. O DESFECHO DO impeachment. **O Estado de S. Paulo**. 1 de setembro, 2016.

EDITORIAL. DÁ PARA OLHAR para frente? **O Estado de S. Paulo**. 1 de setembro, 2016.

EDITORIAL. O LEGADO DE Temer. **O Estado de S. Paulo**. 16 de maio, 2017.

EDITORIAL. A HORA DA responsabilidade. **O Estado de S. Paulo**. 19 de maio, 2017.

EDITORIAL. É ISTO A justiça? **O Estado de S. Paulo**. 1 de junho, 2017.

EDITORIAL. IMPEACHMENT, UMA tese equivocada. **Zero Hora**. 23 de abril, 2015.

EDITORIAL. UM PASSO A mais para o impeachment. **Zero Hora**. 15 de março, 2016.

EDITORIAL. A DEMOCRACIA não está ameaçada. **Zero Hora**. 13 de abril, 2016.

EDITORIAL. INSEGURANÇA JURÍDICA. **Zero Hora**, 2 de setembro, 2016.

EDITORIAL. DEFINIÇÃO NECESSÁRIA. **Zero Hora**. 2 de agosto, 2017.

EDITORIAL. TRANSIÇÃO SEM trauma. **Correio Braziliense**. 29 de abril, 2016.

EDITORIAL. POPULISMO NUNCA mais. **Estado de Minas**. 11 de maio, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. O impeachment da televisão. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FERES JUNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde debate**, v. 40, Dec. 2016a, pp. 176-185.

_____. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2016b, pp. 30-63.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. São Paulo, 1992.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 6, Dec. 2011, pp. 41-69.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The contribution of the liberal-conservative press to the crisis of Dilma Rousseff's second term. **Cogent Social Sciences**, n. 2, 2016.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2011.

IANONI, Marcus. Para uma abordagem ampliada das coalizões. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, jan.-abr. 2017, pp. 99-129.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. **A Imprensa faz e Desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIMA, Venício. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)**. Brasília: Ed. UNB, 2015.

MARTINS, Franklin. Prefácio. In: LIMA, Venício. **Para garantir o direito à comunicação**. São Paulo: Barão de Itararé, 2014. pp. 7-12.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIELLI, Renata; DAMASCENO, Fernando. Combate ao monopólio midiático: entre a retórica e as ações concretas. In: MIELLI, Renata. **Direitos negados: um retrato da luta pela democratização da comunicação**. São Paulo: Barão de Itararé, 2015. pp. 33-41.

MIGUEL, Luis Felipe. Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, jan.-abr. 2017, pp. 99-129.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opin. Publica**, Campinas, v. 13, n. 1, June 2007, pp. 97-123.

MUNDIM, Pedro Santos. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **Revista de Sociologia & Política**, 20 (41), 2012, pp. 123-147.

_____. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006 efeitos realmente limitados? **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 86, Oct. 2014, pp. 91-107.

MUNDIM, Pedro Santos; BEZERRA, Heloisa Dias. Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010? **Opin. Publica**, Campinas, v. 17, n. 2, nov. 2011, pp. 452-476.

NUNES, Felipe; MELO, Carlos Ranulfo. Impeachment, Political Crisis and Democracy in Brazil. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 37, n. 2, 2017, pp. 281-304.

RUIZ, Fernando. Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e s políticos na América Latina. In: SORJ, Bernardo. (org) **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show**. São Paulo: Paz e Terra, 2010, pp. 15-45.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, 2011, pp. 163-200.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **À margem do abismo: conflitos na política brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Compós**, Dezembro, 2006, pp. 2-27.

_____. Os prazos de validade dos coronelismos: transição no coronelismo e no coronelismo eletrônico. In: Enrique Saravia; Paulo Emílio Matos Martins; Octavio Penna Pieranti. (Org.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 1, 2008, pp. 223-241.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª. edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SZWAKO, José; SANTOS, Fabiano. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde debate**, v. 40, n. esp., dez. 2016, pp. 114-121.

VAN DIJK, Teun A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, Issue 2, February 28, 2017, pp. 199-229.

ZANOTTI, Carlos Alberto. Em nome do neoliberalismo: os editoriais de “jornais de referência” ao final do primeiro ano da gestão Temer. **Cultura midiática**. v. 10. n. 2, 2017, pp. 71-86.